



# Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1990

ANO XV

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 16.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1990  
(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência ao Projeto de Lei n. 123/90, oriundo da Mensagem Governamental n. 50/90, que aprova crédito suplementar à Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 174/90, oriundo da Mensagem Governamental n. 09/90, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar à SUREHMA.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de n. 102/90, que cria a disciplina específica de Ecologia nos currículos escolares de 1º, 2º e 3º graus pertencentes à Rede Oficial e Particular de Ensino do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30.03.90

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 391/89, de minha autoria, que objetiva declarar de Utilidade Pública a "Fundação Ibema", com rede e foro na cidade de Ponta Grossa, visto que o mesmo encontra-se em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada dos Projetos de Lei n. 259/85 e 50/90, da Ordem do Dia, os quais passaram em 2ª votação adiada para 02.04.90.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 189/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica vedada a transferência por Secretários de Estado, Deputados e demais autoridades estaduais feita de forma direta à Prefeituras, entidades filantrópicas, assistenciais e as declaradas de Utilidade Pública, recursos estes que deverão ser encaminhados por estabelecimentos ou órgãos oficiais, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

A presente medida, visa regulamentar o dispositivo contido no artigo 240 e seu parágrafo único da Constituição Estadual bem como da Carta Federal que prescreve: "As disponibilidades de caixa do Estado, das entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei. As transferências ou repasses de recursos públicos aos Municípios deverão ser efetuados através das instituições referidas neste artigo.

PROJETO DE LEI N° 190/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade Maria de Nazaré, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

Sendo uma entidade de cunho filantrópico, a Sociedade "Maria de Nazaré" vem cumprindo um trabalho social e comunitário dos mais destacados.

A entidade, através de seus integrantes, procura disseminar o amor fraternal entre as pessoas, as quais presta assistência espiritual e material, levando-as a descobrir valores pessoais capazes de orientá-las para uma existência feliz e produtiva.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece que de última hora ocorreu uma turbulência nos meios políticos do Paraná e fomos tomados de surpresa de uma decisão de que o Governador do Estado do Paraná não mais seria candidato ao Senado e, portanto, não mais renunciaria ao cargo de Governador.

Segundo as informações que chegaram até nosso conhecimento é de que Sua Excelência, inclusive, teria feito críticas contundentes à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. E nós esperamos que algum interlocutor do Governador do Estado, com assento nesta Casa, possa evidentemente, esclarecer o que teria acontecido de ontem à noite até ao meio-dia de hoje, quando o fato veio ao conhecimento público.

Há uma expectativa e, é evidente que nós queremos saber o que é que está acontecendo porque hoje, a Casa teria a presença do Senhor Governador do Estado para formalizar a sua renúncia e, conseqüentemente o seu afastamento do Governo do Estado para concorrer ao Senado Federal.

De forma que nós estamos nessa expectativa e esperamos que a Bancada do PMDB com assento nesta Casa, reduzida dos seus 37 Deputados para 15, evidentemente possa trazer essas informações.

Ao mesmo tempo, venho à tribuna também Senhor Presidente, para falar a respeito de um projeto de lei que estamos dando entrada a Casa hoje para acabar com os abusos; para acabar a politicagem feita com dinheiro público.

É constante e, nós temos verificado isso de que pessoas ligadas ao Governo do Estado, Secretários de Estado, e até mesmo políticos, saiam aí com cheques nas mãos dados pelo Governo e façam a transferência desses valores a seu bel prazer para prefeitos, para entidades filantrópicas e outras coisas mais.

Para procurar moralizar essa distribuição de verbas é que nós estamos dando entrada hoje do seguinte Projeto de Lei:

"Artigo 1° - Fica vedada a transferência por Secretários de Estado, Deputados e demais autoridades estaduais, feitas de forma direta às Prefeituras, entidades fi-

lantrópicas entidades assistenciais e às declaradas de Utilidade Pública Recursos esses que deverão ser encaminhados por estabelecimentos ou órgãos oficiais sob pena de crime de responsabilidade".

E eu fundamento esse Projeto na seguinte justificativa:

"A medida visa regulamentar o dispositivo contido no artigo 240 em seu parágrafo único da Constituição Estadual, bem como da Carta Federal também que prescreve as disponibilidades de caixa do Estado das entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais ressalvados os casos previstos em lei. As transferências ou repasses de recursos públicos aos municípios deverão ser efetuados através das instituições referidas neste artigo.

Para evitar o que tem acontecido constantemente por aí de que determinadas pessoas ligadas ao Governo chegam nos municípios, entregam os cheques, fazem as suas políticas e, conseqüentemente, isto aí é uma coisa muito ruim. Não é uma coisa correta. E aqui nós estamos procurando regulamentar isso para moralizar esta distribuição de verbas através do Poder Público, através do Poder Executivo.

Então, Senhor Presidente é esse o Projeto que estou dando entrada e que espero poder contar com o aval dos demais Senhores Deputados porque afinal de contas é uma maneira de mostrarmos a moralização também partindo desta Casa para evitar que Deputados mais chegados ao Poder tenham essas facilidades. O direito tem que ser para todos e de uma maneira correta, para evitar que isso continue acontecendo.

Como já disse no início, de que alguma informação venha a esta Casa, a nós Parlamentares, porque todo um trabalho, todo um cerimonial já está preparado para que, no próximo domingo, às 10 horas da manhã, nós tenhamos aqui a Posse do novo Governador, com o seu compromisso, inclusive, perante esta Casa e depois a Posse, lá no Palácio do Governo.

E hoje, daria entrada nesta Casa a carta de renúncia do Governador, no entanto, de hoje pela manhã para cá fatos novos aconteceram, tomaram muita gente de surpresa e a gente espera que venha o esclarecimento também da opinião pública do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

No Grande Expediente concedo a palavra do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, antes de ocupar a tribuna para o Grande Expediente, eu gostaria de um

esclarecimento da Mesa.

Há um fato de conhecimento público, que hoje nós, de acordo com o que determina a Constituição, tomaríamos conhecimento do Senhor Governador Álvaro Dias. Isso foi anunciado na sessão de ontem para que hoje assim se procedesse.

Há também um fato de conhecimento público de que o Sr. Governador Álvaro Dias, não mais vai renunciar ao cargo de Governador do Estado. Porém, como constou da Ordem do Dia, eu requeiro que a Mesa, se tem algum conhecimento oficial do fato, que informe à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Plenário que, anteontem, no sentido de precaver-se contra possíveis surpresas, procurou o Sr. Governador do Estado e o alertou sobre a carta de renúncia, de vez que corria que Sua Excelência ia renunciar e a Assembléia podia convocar uma Sessão Extraordinária de Posse do Vice-Governador porque não havia nada de oficial. Sua Excelência me respondeu que hoje mandaria o pedido de renúncia, como determina a nossa Constituição Estadual, para que os Senhores Deputados dela tivessem conhecimento.

E hoje, com os boatos que corriam pelas ruas, nos corredores, nos gabinetes, de que Sua Excelência não mais renunciaria, esta Presidência foi ao Palácio do Governo, conversou com Sua Excelência o Governador do Estado que afirmou, categoricamente que não iria mais renunciar.

Como a renúncia é um ato unilateral de vontade, cabe só, exclusivamente ao Governador este gesto.

Nestas condições, a Mesa, já um pouco precavida, em vez de marcar uma Sessão Extraordinária, fez ressurgir, na sexta-feira, uma Sessão Ordinária, com a votação da matéria constante de Ordem do Dia.

Infelizmente as coisas aconteceram desta forma, a Mesa expediu convites para a Posse do novo Governador, recebendo do Cerimonial do Palácio Iguazu todas as instruções para essa Posse, bem como para a passagem do cargo. Agora, só nos resta atendermos a vontade do Governador de continuar no cargo, e pedir desculpas aos Senhores Deputados, aos nossos convidados do que realmente ocorreu, até o livro de posse que tem mais de cem anos já estava lavrada a posse do futuro Governador. As coisas ocorreram assim, embora com as precauções que nós sempre tomamos também fomos colhidos de surpresa.

É esta a informação que tenho para prestar a Vossa Excelência e a Casa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diante da informação da Mesa não termos então nesta sessão o dever de exercer as atribuições da própria Assembléia de tomar conhecimento da renúncia do Senhor Governador do Estado. Razão porque ontem eu fiz, desta tribuna um discurso intitulado "O Último dia útil", baseado na informação de que o Governador Álvaro Dias hoje apresentaria sua renúncia. E terminei o discurso dizendo que Sua Excelência não iria merecer o mandato de Senador do Paraná. Sem querer qualificar esta última frase de meu discurso como profecia, ao que me consta o fato aconteceu. A minha conclusão de ontem era de que na questão do Senado o povo faria o julgamento no dia 03 de outubro. O fato acontece, não será Senador do Paraná pela razão de não haver a renúncia.

Eu classificaria esta situação de um caso inusitado. Não me compete e nem devo fazer a análise neste momento do seu gesto, mesmo porque longe de nós forçar e querer exigir que o Governador mantivesse sua palavra de renúncia, mesmo porque isto é um ato de decisão do próprio Governador de fórum íntimo e unilateral. Digo até que respeito a posição que tomou, mas este respeito não quer dizer que concordo com algumas conseqüências e alguns efeitos desta situação que eu classifico de inusitada. A primeira pergunta que me vem e me ocorre e ocorre talvez ao povo do Paraná é que nós vimos no decorrer desta semana fatos que se complementavam em razão e porque o Sr. Governador havia decidido oficialmente entregar o cargo, concorrer ao Senado e ao assumir o Vice-Governador Ary Queiroz. Como fica o Vice-Governador Ary Queiroz com a expedição de convites, com a designação do seu Secretariado, com a troca de Presidente de algumas estatais como a SANEPAR cujo convite já chegou aos Gabinetes do Parlamentares, de seus amigos, do futuro Presidente? As pessoas da intimidade deste Secretariado anunciado, mas como fica principalmente o vice-Governador Ary Queiroz.

Quer me parecer que neste contexto todo, alguns componentes da ética deveriam ter prevalecido.

Tenho em mãos o convite para a transmissão de cargo da Assembléia Legislativa assinado pelo Presidente Anibal Khury. Tenho em mãos, como têm Vossas Excelências e inúmeras pessoas o convite expedido pelo Palácio do Iguazu.

Tenho em mãos a Ordem de Serviço n. 06/90 Posse e Transmissão de Cargo de Governador e não adentro em maiores detalhes porque está considerado como documento reservado.

Tenho em mãos Termo de Posse do Senhor Ary Queiroz no cargo de Governador do Estado do Paraná, evidentemente sem as assi-

naturas, registrado no Livro de Transmissão de Posse da Assembléia Legislativa, com tradição de mais de cem anos, onde quase que todos e uma grande maioria dos governadores têm lá registrado este fato histórico.

O Vice-Governador Ary Queiroz, eu dizia no início, que eu me recusava fazer a análise do ato em si do Governador, que é uma decisão sua, mas não posso e não devo me recusar a pelo menos, se é que isto ajuda a prestar e eu acredito que ajuda e é uma forma de se mostrar pelo menos alguma coisa que signifique a solidariedade ao Vice-Governador Ary Queiroz.

Pelos constrangimentos que uma situação inusitada como esta lhe cria. Sei pelo conhecimento que tenho da personalidade e do caráter do vice-Governador, que isto não lhe afeta na sua ambição e na sua vaidade de governar o Paraná.

Os componentes de caráter da sua vida pública me fazem assim concluir, se não assume não lhe fere a sua ambição.

Mas o fato inusitado é que, quer queiram quer não, se criou este constrangimento ao próprio Vice-Governador, a equipe que trabalhou nesta fase de transição preparando o seu Governo, aos seus amigos que alimentaram esta expectativa, mas principalmente ao próprio Paraná que estava devidamente preparado e informado de que a partir de domingo agora teríamos um novo Governador.

Ary Queiroz, Vice-Governador, tem a nossa solidariedade, a mais profunda a mais transparente e fizemos isto aqui perante a Assembléia, também envolvida neste fato inusitado, Parlamentares aqui ficaram para hoje testemunhar este ato, que não vai ocorrer.

Há um constrangimento generalizado, os fatos, as razões de tudo isto a história vai contar.

Como eu disse no início, não tenho como fazer a análise das razões porque o Sr. Governador Álvaro Dias fica no Governo, porque ainda não temos a informação oficial disto.

Mas nós do PSDB voltaremos para, depois da argumentação exposta pelo Governador Álvaro Dias, fazer uma profunda análise disso. Sei que já há alguns dias atrás falava-se que, se fatos econômicos e financeiros ocorressem, o Governador poderia rever a sua posição de assumir o governo. Isso já há muitos dias atrás e eu concordo, até que eram razões de fundamental importância segunda a ótica do próprio Governador: razões de ordem econômica, financeira, situação do Estado.

O que me surpreende e o que continuo insistindo: mantém o fato inusitado, que se for este o argumento, o Governador em vinte e quatro horas descobre que há algu-

ma coisa de dramático na questão financeira do Estado, que há alguma coisa de sumamente importante na estrutura e na formação econômica, na administração, das questões orçamentárias ou de arrecadação!

Em 24 horas? Se esse for o argumento de peso, pela permanência, me anteciparia até a dizer que a Assembléia terá o dever e a obrigação de tomar conhecimento oficial disto.

Porque não se pode imaginar que o governante conclua que há problemas sérios para serem encaminhados, de uma noite para outra!

Esta interrogação, esta pergunta dos motivos e das razões que o levam a não renunciar, a Assembléia deverá estar atenta. Teremos que ter as informações as mais transparentes possíveis. O Executivo terá que trazer a esta Casa e ao povo do Paraná a informação real, porque ainda hoje cedo no programa estadual, o próprio Governador atribuía fracassos, alguns desencantos da sua administração à Assembléia Legislativa e esta Assembléia tem o dever de ser informada mastambém de informar as situações e as questões do Estado quando se levanta a suspeita do Estado quando se levanta a suspeita de que o encaminhamento administrativo está sendo obstruído na Casa, num Poder Legislativo que representa facções e parcela importante do povo paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Antes de encerrar repito que o Vice-Governador Ary Queiroz, pelo seu caráter, sua formação, sua experiência de homem público, sua visão do que é uma administração, do que é o Poder não se vê minimamente atingido por não assumir o governo. Porém, este fato constrange a todos e inclusive ao homem Ary que assumiria o Governo.

Dizia agora há pouco que se os motivos são aqueles de ordem financeira, era possível que o Sr. Governador Álvaro Dias tinha condições de evitar estes constrangimentos. Não o fez por quê? Esta pergunta naturalmente deve estar fazendo toda essa equipe que assumiria o Governo, todas as pessoas que têm relacionamento político neste Estado: Deputados do Governo, Deputados da Oposição, porque cada um fez a sua análise política deste fato que muda inclusive o quadro político do Paraná.

Esse termo de posse vai ficar em branco e sem assinaturas em um livro centenário. As futuras gerações farão as análises desse fato. Talvez não esta geração representada por nós Deputados. Vamos aguardar! As três horas, ao que me consta, haverá a informação oficial deste ato da anti-renúncia, da despedida programada e que não houve. O PSDB voltará a fazer esta análise a partir do comportamento e das razões apresentadas pelo Sr. Governador Álvaro

Dias.

Deixamos, pois, registrada a nossa solidariedade ao Vice-Governador. Deixamos registrado aqui que nós não vemos neste fato nenhum desgaste a ele, nenhum arranhão na sua dignidade, no seu caráter porque, como Vice-Governador, estava e está cumprindo as determinações constitucionais e o mandato que o povo lhe outorgou para ser o Vice-Governador do Paraná. Ary Queiroz continua sendo o Vice-Governador do Paraná, e demonstra com este fato, sem arranhar minimamente a sua conduta, de que é um homem da mais ilibada honra, é um homem que, neste episódio, a história e o momento atual já fazem dele a análise positiva de seu comportamento.

Era isto!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, eu não solicitei a palavra, agradeço a concessão da mesma. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência estava inscrito.

Continua no pequeno expediente.

Lideranças. PT com a palavra.

(DECLINA)

PL.

Com a palavra o Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, constrangimentos à parte, a Bancada do PL entende que o homem eleito pelo voto direto, secreto de um povo, deve cumprir a sua função, o seu cargo, a sua missão até o fim. E, particularmente, entendemos nós que o Sr. Governador Álvaro Dias não fez mais que sua obrigação, que é a de administrar o Estado do Paraná até o final do seu mandato. Tomamos conhecimento agora há pouco de que ele havia manifestado a sua intenção, no último dia 21, de se desengatar para concorrer ao Senado da República. Por outro lado, entendemos que como esta é uma decisão unilateral, já dita desta tribuna e pela Presidência, nada mais lógico do que o governante começar a completar durante o seu mandato...

Por isso entendemos que essa é uma obrigação do governante. Nós Deputados temos a obrigação de ir até o fim dos nossos mandatos. O Governador Álvaro Dias já pecou quando renunciou ao Senado, indicado pela grande maioria do povo do Paraná para ser Senador, por oito anos, neste Estado. Como também pecou o Governador José Richa. Está na hora de nos conscientizarmos de que não adianta, no caso de um mandato, tentar continuar no Poder ou com um manda-

to eletivo, desincompatibilizando-se um ano antes do término do seu mandato. Ora! O governador atual foi eleito por quatro anos e não por três. E é preciso que se tenha a coerência nítida de que deve ir até o fim sim, do seu Governo, para que depois, ficando temporariamente sem mandato, a população do Paraná possa avaliar, com muito critério e muito cuidado, se ele deve ou não voltar à vida pública.

Esta é a nossa colocação, a posição da Bancada do PL, nesta Assembléia. Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PRN se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PRP se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA):

Consulto à Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulto à Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu horário. Com a palavra, o Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados: surpreende-se a consciência política do Paraná com o cancelamento da cerimônia de posse do Vice-Governador, Senhor Ary Queiroz, marcada para o próximo domingo, neste Plenário.

Surpreende-se por diversos motivos. Primeiro: houve, um tempo atrás, a publicação de uma nota na coluna "Painel" do jornal "A Folha de São Paulo", dizendo que o Governador Álvaro Dias deveria explicar a falência do Estado, na televisão, como condição para transmitir o Governo ao Vice-Governador Ary Queiroz. Ou seja, melhor dizendo, que o Vice-Governador Ary Queiroz impunha a condição da explicação da falência do Estado do Paraná, do rombo das finanças públicas, em cadeia estadual de televisão, para então, consentir em assumir o Governo do Estado, possibilitando a candidatura de Sua Excelência o Senhor Álvaro Dias ao Senado da República, pelo Partido do PMDB.

Como notas de jornais podem ser plantadas e como a seara anda abundante, da plantação de notas, a medida em que avança o processo político e se aproxima o período eleitoral, imaginei que a resposta que desmentia esta nota seria a própria história do Paraná, cumprida neste Palácio, com

a posse do Vice-Governador, Ary Queiroz.

Então, calei-me. Não falei. Não falamos, os Deputados do PDT nem os do PSDB. Esperamos que, cumprida a história, a nota virá a ser letra morta, por si só desmentida pelos fatos do Governador que saía com a casa limpa, a obra cumprida, o Estado saneado, o funcionalismo bem pago, as obras públicas todas realizadas. Aliás, vi outro dia um filme de obras da área social do Governador Álvaro Dias. Pensei tratar-se de filme de patrimônio histórico, porque lá estava um hospital feito por Caetano Munhoz da Rocha, o leprosário São Roque, feito pelo velho Affonso Camargo, alguns postos de puericultura, de arquitetura moderna, feitas por Bento Munhoz da Rocha e Moisés Lupion. Mas, com surpresa vi que filme de patrimônio histórico não era. Se não era filme que mostrava o Paraná, obras que se diziam feitas!

Pois bem, o Governador das obras feitas, das finanças saneadas, da beleza dos anúncios na televisão, do Banestado de excelente situação financeira, sairia do Palácio. E a nota, a nota maldosa do jornal "Folha de São Paulo", para alegria dos paranaenses, passaria para o lixo da história.

Com que surpresa sei hoje pela televisão e andando na rua, caminhava eu até a Assembléia, pela boca do próprio povo que o Governador vai ficar e vai ficar até o fim do mandato.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, terá sido a nota da "Folha de São Paulo" ou os fatos se são verdadeiros, que a motivaram que prende o Governador em Palácio para tentar arrumar a Casa até depois da eleição. Ou terá sido a nota da "Folha de Londrina" de hoje, também não desmentida, que depois que o Vice-Governador Ary Queiroz prometia apurar com imparcialidade todas as irregularidades que por ventura existissem no Governo.

O que é fato é que posse ou transmissão de cargo no domingo não teremos.

O que é fato é que os funcionários públicos do Paraná permanecerão tendo como Governante um príncipe que é seu algoz. O que é fato é que a greve dos professores não se resolverá. Permanecerá o Estado navegando ao sabor dos comerciais.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, notava ao entrar nesse prédio que se limpava a rampa de acesso a este plenário; que se carpiam os canteiros da Praça de Nossa Senhora de Salette. Queira Deus a mesma diligência de lavar o que vai sujo e de arrancar o que é daninho. Tenha o Governador Álvaro Dias para fazer tudo o que não fez nos três anos em que só anunciou nesses poucos meses em que promete governar.

Era isso. Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta à Liderança do PSDB.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de LIDIÂNÓPOLIS, com território desmembrado do Município de Jardim Alegre, com sede na localidade do mesmo nome, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o qual passou em Segunda Discussão no dia 29 do corrente ano, ficando a terceira votação adiada para o dia 02 de abril. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 405/89, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que cria o Município de TUNAS, desmembrado do Município de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 50/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de PIRAPÓ, com território desmembrado do Município de Apucarana, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, o qual passou em Segunda Discussão no dia 29 do corrente

ano, ficando a terceira votação adiada para o dia 02 de abril. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 114/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (Of. 340/90), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 143/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que cria o Município de CARAMBEI, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 177/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que cria o Município de MAUÁ DA SERRA, desmembrado do Município de Marilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### PROJETO DE LEI N° 177/87

##### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de MAUÁ DA SERRA, com território desmembrado do Município de Marilândia do Sul, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa no cruzamento da Estrada Mauá no Rio Apucarantina, subindo por este à foz do Rio Valência, pelo qual sobe até sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado e por este abaixo até a sua foz no Rio do Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto, daí sobe por este até a sua cabeceira mais alta (próximo do Morro do Mulato), daí até a cumeada da Serra do Cadeado, seguindo pela cumeada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a Estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida estrada no sentido Nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panonia, segue por esta até a Estrada Engenho Velho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de partida."

NO, ABAIXO DESCRITO:

"Partindo de um marco cravado à margem esquerda da Rodovia BR-376, divisa com a Rua Santa Helena, daí segue a rua Santa Helena até a data n° 20 da quadra 3, daí segue a Rua Tibagi, passando pelas quadras n°s 4, 7, 8, e indo até a data n° 12, da quadra 14, daí segue a Rua São Francisco, até a quadra n° 11, daí em linha seca até a data n° 1, da quadra n° 1/a, daí segue rumo NW até a data n° 73, da quadra n° 1/c, daí segue rumo NW até a data n° 57 da mesma quadra, a qual faz divisa com a Fazenda Soremal lote n° 19, daí rumo SW 40m, até a Rodovia BR-376, seguindo a mesma Rodovia, rumo NW até o Córrego Afluente, daí seguindo o mesmo afluente rumo SW até a Estrada de Ferro Federal S/A (RFFSA), daí segue o córrego Afluente até a Fazenda Mauá, daí em linha seca rumo Sul até a margem do Rio das Antas, onde o mesmo se divide daí em rumo NE até a rua 4 com a Avenida São Paulo, daí em linha seca até a rua 3 seguindo a mesma até a rua , daí até a data n° 1, da quadra 172-A, daí até a data n° 6 da mesma quadra, daí até a Rua 5, daí seguindo pela mesma a divisa com a Fazenda Santa Tereza, daí em linha seca até a data n° 1 da quadra n° 139 em linha seca até a Rua 31, em seu prolongamento até a rua 28 em seu prolongamento até a Rua 29, seguindo a mesma até a Estrada de Ferro Federal S/A - RFFSA, daí seguindo esta estrada rumo NE até a Rua 62, daí rumo N até a BR-376, passando por esta rodovia, segue a mesma até a data n° 16 da quadra 41, daí segue as datas da mesma quadra até o ponto inicial."

Art. 2° - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: FERRARI JÚNIOR,

HOMERO OGUIDO, EDUARDO BAGGIO,

TADEU LÚCIO MACHADO e 1 ilegível.

- Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de MARIPÁ, desmembrado do Município de Palotina, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria o Município de IMBAÚ, desmembrado do Município de Telêmaco Borba. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, devida-

mente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 150/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de IMBAÚ, com território desmembrado do Município de Telêmaco Borba, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa na ponte sobre o Rio Imbaú na Rodovia PR-340, na divisa do Município de Telêmaco Borba com o município de Tibagi; daí segue na direção Sul-Norte pelo eixo da Rodovia PR-340, até encontrar a Rodovia do Papel, PR-239, por cujo eixo segue na direção Leste-Oeste retomando, em seguida, o eixo da Rodovia PR-340 em sua continuação à cidade de Ortigueira e, pelo mesmo, seguindo até a ponte existente na referida estrada sobre o Rio Imbauzinho, nas divisas dos Municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi, até encontrar o ponto inicial de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO

"Tem seu OPP no marco cravado à margem da estrada que liga a Rodovia do Papel a Charqueada, daí segue ao rumo de 9°49'SE, numa extensão de 113,78m até o marco n° 1, deflete à direita ao rumo de 65°05'SW, confrontando com as terras de Helena Vocbleski, Evaristo e Pedro Basílio, respectivamente, numa extensão de 563,76m até o marco n° 2, daí segue à direita ao rumo de 85°49'SW, confrontando com Pedro Basílio, Cassimiro Borges de Oliveira, João Maria Dias Prestes e Leôncio Pinto Moreira, numa extensão de 741,39m até o marco n° 3, daí segue ao rumo de 87°30'NW, confrontando com Leôncio Pinto Moreira, Nair Costa Nobre e Ardina Pinto de Camargo, numa extensão de 431,14m até o marco n° 4, cravado à margem do acostamento da Rodovia do Café, onde imbuca a cabeceira de um córrego, daí segue córrego abaixo confrontando com José Manoel Pinto de Camargo até fazer barra com um arroio no marco n° 5, deste ponto segue à montante do referido arroio, confrontando com José Manoel Pinto de Camargo, Adauto da Costa Moreira, Bernadete da Costa Moreira e Otávio Borges de Oliveira, até o marco n° 6 da cabeceira do referido arroio, daí segue ao rumo de 73°44'NW, confrontando com Otávio Borges de Oliveira e Hipólito S, numa extensão de 290,00m, cruzando a estrada de Reserva até o marco n° 7, deflete à direita ao rumo de 1°30'NE, confrontando com Gentil Pinto Moreira, Augusto Domingues de Oliveira, Mateus, Maria da Luz Branco de Oliveira, Sebastião Paulino, Aparício Brandão Machado, Abílio Machado e Salvador Vieira da Rosa, numa extensão de 870,00m, cruza a estrada



que vai para Imbaú dos Custódios até o marco n° 8, daí segue para direita ao rumo de 28°13'NE, confrontando com Salvador Vieira da Rosa, Roberto Kortz, Fiel Bonfim e Ladislau B. Jacoski, numa extensão de 1.119,20m até o marco n° 9, deflete à direita ao rumo de 52°35'SE, confrontando com Estefano Muram, Trajano B. Machado e João Maria Cordeiro, numa extensão de 472,00m até o marco n° 10, daí segue ao rumo de 43°42'SE, confrontando com João Maria Cordeiro, José Silva, Joaquim Ferreira Pedroso, Willie Gibson, Irmãos Fernandes e Leopoldino Dias Siqueira, numa extensão de 1.664,35m até o marco n° 11, daí segue ao rumo de 89°00'NE, confrontando com Leopoldino Dias Siqueira, numa extensão de 51,00m até o marco n° 12, deflete à direita ao rumo de 55°32'SE, confrontando com João Zeve, numa extensão de 414,87m, até o marco n° 13, localizado à margem da rodovia do Papel, daí segue pela estrada da Charqueada, em linhas sinuosas, confrontando com Vitório Luginieski, numa extensão de 506,00m até o marco OPP do presente memorial."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: ANTÔNIO ANNIBELLI,  
DAVID CHERIEGATE e BASÍLIO ZANUSSO.

- Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 115/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que cria o Município de SANTA MÔNICA, desmembrado do município de Santa Izabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/90, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DROGADITOS - ARD, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DOS APOSENTADOS E IDOSOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 181/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 68/90), que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Guaratuba o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por

unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 181/90

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N° 01

Art. 1° - Fica suprimido do Projeto de Lei n° 181/90, os artigos 2° e 3°.

Sala das Sessões, em 30.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoiamento: DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,

JOSÉ AFONSO JÚNIOR,

EDUARDO BAGGIO e 1 ilegível.

- Em votação o Projeto. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 69/90, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO FISSURADO LÁBIO-PALATAL, de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 177/90, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA, que cria o Município de SANTA LÚCIA, "ad referendum" do resultado do plebiscito, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. - (Publ. no D.A. n° 28, de 27.04.90).

PROJETO DE LEI N° 177/90

COMISSÃO GERAL

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, tem por finalidade criar o Município de Santa Lúcia, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do mesmo nome.

Analisando o projeto, temos que o mesmo atende a documentação exigida pela Lei Complementar n° 1/67, que regulamenta a matéria, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

- Em votação o parecer e o projeto. - Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 616, de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 614, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 615, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 607, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)  
- Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Discussão, votação. Rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este requerimento já está rejeitado.

Requerimento de n° 608, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, parece que está claro aqui que não temos quórum para votação. Eu vejo aqui no máximo 13 ou 14 Deputados, por isso solicitei verificação de quórum com chamada nominal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)  
- Sr. Presidente, em relação a este requerimento que já foi votado, é matéria

vencida.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os dois já foram rejeitados.

A Mesa pede ao Deputado que escolha uma forma, ou chamada nominal ou verificação de quórum.

Vamos proceder à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

19 Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quórum para votação, mas existe quórum para prosseguimento da sessão.

Todos os requerimentos pendentes de votação estão suspensos: serão apreciados na próxima sessão.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tenham mudado de Partido, para que comuniquem à Mesa, a fim de que se faça nova reformulação das indicações das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 259/85, 143 e 177/87, 170/88, 150/89, 50, 115, 116, 121 e 181/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 69 e 177/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 269/85, 158 e 391/89.

Levanta-se a sessão.